## Sumário

Prefácio ao 49º livro de Pesquisas Tributárias	27
A questão federativa nos PLPs 68 e 108	29
Hamilton Dias de Souza	
Humberto Ávila	
Ives Gandra da Silva Martins	
Roque Carrazza	
Imposto Seletivo: natureza e limites à sua instituição	33
Hamilton Dias de Souza	
Humberto Ávila	
Ives Gandra da Silva Martins	
Roque Carrazza	
O <i>split payment</i> no PLP n. 68/2024: problemas, controvérsias e sugestões	
PARA MELHORIA	39
Adolpho Bergamini	33
,	
Danilo Bertagnoli	2.0
1 Introdução	39
2 O regime não cumulativo no contexto do pagamento do tributo	41
2.1 O regime atualmente em vigor no Brasil	41 43
2.2 O pagamento dos tributos segundo a sistemática atual	43
2.3 O novo regime não cumulativo proposto pela reforma tributária	44
2.4 O mecanismo do <i>split payment</i> no PLP n. 68/2024 3 O <i>split payment</i> e os danos ao fluxo de caixa dos contribuintes	43 47
4 História de atrasos no deferimento de ressarcimentos aos contribuintes	48
4.1 Colhendo exemplos da realidade atual	49
4.1.1 Ressarcimentos de PIS, Cofins e IPI	49
4.1.2 Ressarcimentos de ICMS e prazos para outros requerimentos	50
4.2 Conclusão sobre os prazos não cumpridos	50
5 Experiência internacional sobre o <i>split payment</i>	52
5.1 História do IVA e fraude carrossel	52
5.2 <i>Split payment</i> como finalidade de minimizar a evasão fiscal na Comunidade Europeia	54
6 Alternativa à melhoria do <i>split payment</i>	57
7 Conclusão	58
8 Respostas às questões formuladas	58

Não cumulatividade posta na EC n. 132/2023	61
Alexandre Alkmim Teixeira	
André Godinho Delgado Vocurca	
A não cumulatividade como o meio para mitigar o cúmulo da tributação	
SOBRE O CONSUMO	81
Alexandre Evaristo Pinto	
1 Introdução	81
2 Da tributação das atividades plurifásicas	83
2.1 Do regime de tributação monofásico	84
2.2 Dos regimes de tributação plurifásicos	86
2.2.1 Do regime de tributação cumulativo	86
2.2 Do regime de tributação não cumulativo	88
2.3 Métodos de determinação do valor acrescido	90
3 Da não cumulatividade no ordenamento jurídico brasileiro	94
4 Conclusões	98
IVA Dual: não cumulatividade posta na EC n. 132/2023	101
Alexandre Rossato da Silva Ávila	
IVA Dual: não cumulatividade posta na EC n. 132/2023	117
Antonio Carlos Guidoni Filho	
Carla Tredici Christiano	
1 Natureza jurídica da norma da não cumulatividade prevista no texto constitucional	117
1.1 A relação com a reforma tributária e a EC 132	118
2 Importância da definição da natureza jurídica da norma da não cumulatividade	119
2.1 Amplitude de aplicação	119
2.2 Impacto na segurança jurídica	120
2.3 Controle e fiscalização	120
2.4 Eficiência econômica e competitividade	121
3 O mecanismo do <i>split payment</i> é adequado à não cumulatividade?	121
3.1 Compatibilidade com a não cumulatividade e experiência internacional	122
3.2 Benefícios e mitigação dos custos financeiros	122
3.3 O split payment como mecanismo modernizador	123
4 Sob a perspectiva da não cumulatividade e da neutralidade, o IVA adotado pelo	
Brasil é um bom IVA?	124
4.1 A não cumulatividade no IVA brasileiro	124
4.2 A neutralidade no IVA brasileiro	125
4.3 Comparação com experiências internacionais	126
4.4 Desafios da implementação no Brasil	126

5 A não cumulatividade da CBS e do IBS e sua plena efetividade sob a Emenda Constitucional n. 132/2023: análise dos riscos e medidas preventivas 5.1 Risco de mitigação da não cumulatividade: lições do ICMS e do PIS/Cofins	128 128
5.1 hisco de miligação da não cumulatividade, lições do licins e do Fis/Collis 5.2 Medidas necessárias para garantir a plena efetividade da não cumulatividade	120
na CBS e no IBS	128
5.3 Riscos e perspectivas para a CBS e o IBS	129
As restrições constitucionais ao princípio da não cumulatividade do IVA Dual	13
Antônio Machado Guedes Alcoforado	
1 Introdução	131
2 Considerações sobre a não cumulatividade do IVA	133
3 As restrições constitucionais ao princípio da não cumulatividade	135
3.1 Enunciado constitucional da não cumulatividade	136
3.2 Outras exceções constitucionais da não cumulatividade: isenção e imunidade	137
4 A natureza jurídica do princípio da não cumulatividade do IVA Dual	139
5 Requisitos para a apropriação de créditos por contribuintes do IVA Dual	141
5.1 Recolhimento do tributo por meio do split payment	142
5.2 Recolhimento por parte do contribuinte que faça a opção de efetuar o	
recolhimento do imposto incidente nas suas aquisições de bens ou serviços	143
5.3 Não cumulatividade em relação às empresas optantes do regime único	
(Simples Nacional)	144
6 Conclusões	144
7 Referências	146
Neutralidade e não cumulatividade na EC n. 132/2023	149
Ariane Costa Guimarães	
Mauri Cavalcante Viégas Junior	
1 Introdução	149
2 O princípio da neutralidade fiscal	151
3 O princípio da não cumulatividade: experiência brasileira anterior à EC n. 132/2023	153
4 Não cumulatividade na EC n 132/2023: avanços e retrocessos presentes na	
Reforma Tributária	162
5 Conclusão	169
6 Referências	170
O princípio constitucional da não cumulatividade e o <i>split payment</i> na	
REFORMA TRIBUTÁRIA	173
Betina Treiger Grupenmacher	.,.
1 Introdução	173
2 Natureza do princípio da não cumulatividade tributária	175
3 O split payment e o IBS	179

4 Não cumulatividade do IBS na EC 132/2023	181
5 Conclusão	185
6 Referências	186
Não cumulatividade na reforma tributária sobre o consumo	189
Bianca Xavier	
Lluckova višo gradili ativizacje govo politica pičovica papa sovjegova	
Uma nova não cumulatividade como política pública para equacionar um sistema tributário disfuncional	199
Breno L. Kingma	199
1 Os porquês de um sistema não cumulativo	199
2 Um sistema tributário não cumulativo disfuncional	201
3 A reforma tributária	204
4 Cidadania fiscal	206
5 Riscos da reforma para o ambiente de negócios brasileiro	207
6 Conclusão	211
A não cumulatividade no ICMS e sua evolução no contexto do IBS e da CBS	213
Bruno Fajersztajn	
Fabiana Carsoni Fernandes	
Marcos Engel	
1 Introdução	213
2 Histórico constitucional do ICMS	216
3 A não cumulatividade do ICMS e seus aspectos formais constitucionais	218
4 Não cumulatividade sob a perspectiva da neutralidade na Emenda	
Constitucional 132/2023. Estamos diante de um "bom" IVA?	223
5 Não cumulatividade do IBS e da CBS como princípio e regra 6 Conclusão	230 238
o Conclusão	230
IVA Dual: não cumulatividade posta na EC n. 132/2023	241
Camila Abrunhosa Tapias	
Lis Aguileira	
1 Introdução	241
2 Respostas às questões propostas	242
3 Conclusão	253
4 Referências	254

Reforma tributária e IVA Dual: avanços e desafios da nova emenda	
CONSTITUCIONAL	257
Carla de Lourdes Gonçalves	
1 Introdução	257
2 Da não cumulatividade do IBS e da CBS	257
3 <i>Split payment</i> e não cumulatividade	261
4 Perguntas a serem respondidas	263
Não cumulatividade: princípio, regra ou técnica de arrecadação?	265
Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho	
1 Introdução	265
2 Não cumulatividade: esboço de seus contornos conceituais	265
3 Histórico da não cumulatividade no direito tributário brasileiro	266
3.1 Período anterior à CF/1988	266
3.2 A não cumulatividade do IPI e do ICMS na Constituição de 1988	269
3.3 A não cumulatividade da contribuição ao PIS e da Cofins	271
3.4 A não cumulatividade dos tributos residuais	272
3.5 IVA Dual: a não cumulatividade posta na EC n. 132/2023	272
4 A natureza jurídica da norma da não cumulatividade	273
5 Conclusão	278
6 Referências	279
A neutralidade e a não cumulatividade no IBS e na CBS	283
Carlos Augusto Daniel Neto	
1 Introdução	283
2 A multidimensionalidade da não cumulatividade	284
3 Análise concreta do IVA brasileiro sob a perspectiva da não cumulatividade	290
4 O regime de compensação de créditos: a regra do <i>split payment</i>	296
5 Conclusão	298
6 Referências	299
Não cumulatividade do IBS/CBS conforme a EC n. 132/2023	301
Carlos Eduardo de Arruda Navarro	
Salvador Cândido Brandão Junior	
1 Introdução	301
2 A tributação sobre o consumo por incidência plurifásica e a neutralidade	302
3 As imunidades e a não cumulatividade do IBS/CBS	307
4 Acúmulo de créditos de IBS e CBS	311
5 Os problemas atuais da não cumulatividade no Simples Nacional	314
6 O Simples Nacional na EC n. 132/2023	315
7 Considerações finais	316
8 Referências	318

IVA Dual: não cumulatividade posta na EC n. 132/2023 Cristiano Rosa de Carvalho	321
Lucas Tavares dos Santos	
IVA dual: não cumulatividade posta na EC n. 132/2023 Edison Carlos Fernandes	337
IVA Dual – não cumulatividade posta na EC n. 132/2023	347
Edvaldo Brito	
1 Definição e histórico da não cumulatividade	347
2 Hipótese do fato gerador e fato gerador do IVA Dual	353
2.1 A hipótese do fato gerador	353
2.2 O fato gerador	355
2.3 A hipótese do fato gerador do IVA Dual	356
2.4 O fato gerador do IVA Dual	359
2.5 A base de cálculo do IVA Dual	359
2.6 As definições de princípio e de técnica tributários	360
2.7 O Estatuto do Contribuinte	369
2.8 O princípio da não cumulatividade	372
2.9 Efetividade do princípio da capacidade contributiva	374
3 Respostas diretas às perguntas	377
A não cumulatividade no âmbito do Imposto sobre Bens e Serviços.	
Há algo de especial no IVA dual?	381
Elidie Palma Bifano	
Rafael Palma Bifano	
1 Introdução	381
2 Breves anotações sobre o IVA brasileiro: algumas surpresas	383
3 O IVA dual e a experiência de sucesso da Lei Complementar 123/2006	387
4 A não cumulatividade do IVA	388
5 Respostas às questões formuladas	392
IVA Dual: análise da não cumulatividade prescrita pela Emenda	
Constitucional n. 132/2023	397
Fabiana Del Padre Tomé	
Adriano Luiz Batista Messias	
1 Introdução	397
2 Entre regras e princípios: critérios para a identificação de enunciado jurídico de	
caráter principiológico	397

3 Sobre a natureza jurídica da não cumulatividade tributária e as técnicas para sua operacionalização	400
4 A não cumulatividade como princípio necessário para a neutralidade fiscal	402
5 A não cumulatividade tributária prescrita pela Emenda Constitucional n. 132/2023	405
6 Implicações da adoção do <i>split payment</i> 7 Conclusões	400
	408
8 Referências	409
Não cumulatividade posta na EC n. 132/2023	411
Felipe Kertesz Renault Pinto	
Guilherme Nunes Paiva Dias	
1 Introdução	41
2 Natureza jurídica da não cumulatividade: regra, princípio, técnica de arrecadação?	412
3 Reforma tributária e split payment	420
4 Teremos um bom IVA no Brasil?	425
5 Referências	429
Reflexões sobre a reforma tributária do IBS/CBS e o <i>split payment</i> :	
adendos sobre a obrigação tributária e justificação	433
Fernando Aurelio Zilveti	
1 Introdução	433
2 Obrigação no direito tributário	435
3 A reforma tributária do IBS/CBS e o <i>split payment</i>	437
4 O fim do imposto sobre o consumo ou sua reafirmação	44(
5 Conclusão	444
Dispensa da não cumulatividade em regimes específicos de IBS e CBS:	
INTERPRETAÇÃO DA NORMA, RISCO À NEUTRALIDADE E O EXEMPLO NEGATIVO DO	
regime de Bens imóveis	447
Gabriel Miranda Batisti	
Rodolfo Gregório Paiva	
1 Introdução	447
2 A experiência do ICMS quanto à não cumulatividade	450
3 A não cumulatividade do IBS e da CBS	454
4 A não cumulatividade e os regimes específicos de tributação	458
5 Estudo de caso: proposta de regime específico de bens imóveis como prova da vulnerabilidade do novo sistema	461
6 Conclusão	46.5
0 0011010000	10.

IVA Dual: não cumulatividade posta na EC n. 132/2023	467
Gustavo Brigagão	
1 O princípio da não cumulatividade	467
2 O conceito de não cumulatividade constante da EC 132/2023 e as suas intercorrências	473
<ul><li>2.1 A vedação ao crédito nas aquisições destinadas a bens de uso e consumo pessoal</li><li>2.2 O condicionamento do crédito ao efetivo pagamento dos tributos pelo elo</li></ul>	478
anterior da cadeia	481
2.3 A equivocada aplicação do frustrante split payment de forma generalizada	
a todos os setores da economia	487
3 Respostas aos questionamentos apresentados	491
4 Referências	493
Não cumulatividade, reforma tributária e promessas não cumpridas:	
O TRIBUTO QUE INCIDE SOBRE TUDO COMO VELOCINO DE OURO	495
Hugo de Brito Machado Segundo	
Lara Ramos de Brito Machado	
1 Introdução	495
2 Natureza jurídica da norma consagradora da não cumulatividade tributária	
referente ao IVA Dual	497
3 Amplitude da norma constitucional consagradora da não cumulatividade	500
4 <i>Split payment</i> e não cumulatividade	501
5 A EC 132/2023 implementou um bom IVA? 6 Não cumulatividade e riscos de inefetividade	503 504
7 Considerações finais	510
8 Referências	511
IVA Dual: não cumulatividade posta na EC n. 132/2023	513
Igor Nascimento de Souza	
Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho Neto	
1 Introdução	513
2 Entre princípios e regras	514
3 Não cumulatividade como limite objetivo	518
4 Conclusão: o princípio da não cumulatividade na EC 132/2023 5 Referências	525 528
2 Vetereticias	320
IVA Dual: não cumulatividade posta na Emenda Constitucional n. 132/2023	529
Karem Jureidini Dias	
Hercília Maria do A. dos Santos Bauer	
1 Introdução	529
2 A não cumulatividade, o IVA e sua relacão com a neutralidade tributária	531

3 Os modelos de não cumulatividade constitucionais e infralegais existentes no	
sistema brasileiro	534
4 O IVA Dual brasileiro e suas diretrizes constitucionais	537
5 Respostas às questões propostas	540
A não cumulatividade do IVA dual brasileiro sob a perspectiva do <i>split payment</i>	549
Lina Braga Santin Cooke	
1 Introdução: para que split payment?	549
2 O split payment no IBS e na CBS	552
2.1 O split payment sob a ótica da administração pública: redução das fraudes e	
da evasão, maior arrecadação e diminuição da alíquota de referência	555
2.2 O split payment sob a ótica do contribuinte: direito ao crédito, garantia da	
não cumulatividade e segurança jurídica	557
2.3 O <i>split payment</i> sob a ótica do prestador do serviço de pagamento	559
3 O <i>split payment</i> na experiência internacional	560
3.1 União Europeia: República Tcheca, Itália, Polônia e Romênia	561
3.2 América Latina: Equador, Peru, Chile e Argentina 4 Conclusões: o <i>split payment</i> pode ser um importante instrumento aliado à	566
não cumulatividade	567
5 Referências	568
5 Note: Cited	500
IVA Dual: não cumulatividade na Emenda Constitucional n. 132/2023	573
Luana dos Santos Marcheski	
Rodrigo Schwartz Holanda	
1 A não cumulatividade e o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA)	573
2 A não cumulatividade prevista na EC n. 132/2023	575
3 A implementação da não cumulatividade do IVA no ordenamento jurídico brasileiro	579
4 O <i>split payment</i> sob a perspectiva da não cumulatividade a partir da EC n. 132/2023	584
De la tractica de la	
Da mitigação da neutralidade tributária na aplicação da não cumulatividade	
NA EC 132/2023	589
Marcelo de Lima Castro Diniz	
Antonio Carlos Freitas de Medeiros Junior	
1 A não cumulatividade como princípio (ou regra) constitucional	589
2 Da aplicação da não cumulatividade no Sistema Tributário Nacional pré-Reforma Tributária	591
3 Da não cumulatividade na EC 132/2023	593
4 Split payment e a mitigação da não cumulatividade pelo viés da incidência econômica	595
5 Respostas sintéticas aos questionamentos	597
6 Referências	599

A não cumulatividade do IVA Dual na EC n. 132/2023	601
Maria Rita Ferragut	
Beatriz Almada Nobre de Mello	
1 Introdução	601
2 A experiência brasileira da não cumulatividade até a edição da	
Emenda Constitucional n. 132/2023	603
3 Natureza jurídica da norma de não cumulatividade prevista no texto constitucional	607
4 O princípio da não cumulatividade na EC n. 132/2023	609
5 Conclusões	615
Não cumulatividade e neutralidade no IBS e na CBS	617
Martha Leão	
Paulo Pereira Leite	
1 Introdução	617
2 Não cumulatividade e neutralidade	619
3 A não cumulatividade do IBS e da CBS na Constituição e na Lei	623
4 Considerações finais	626
5 Referências	627
IVA Dual e a não cumulatividade prevista na EC n. 132/2023	629
Maurício Barros	
1 Introdução	629
2 Respostas às questões	630
Reforma tributária e a não cumulatividade	647
Micaela Dominguez Dutra	
1 Introdução	647
2 Não cumulatividade na Emenda Constitucional n. 132/2023	650
3 Conclusão	653
Não cumulatividade: desafios pós-reforma tributária do consumo	655
Michell Przepiorka	
Jeferson Teodorovicz	
Kelzer Schneider Hernandes	
1 Introdução	655
2 Questões a serem respondidas	656
3 Considerações finais	680

A não cumulatividade no IVA Dual estabelecido pela	
Emenda Constitucional n. 132/2023	683
Octávio Lopes Santos Teixeira Brilhante Ustra	
1 Introdução	683
2 A não cumulatividade nos tributos indiretos anteriormente à	
Emenda Constitucional 132	685
3 O IVA Dual da Emenda Constitucional 132/2023	695
4 A não cumulatividade do IBS e da CBS	698
5 A não cumulatividade na EC 132 e as questões relacionadas ao pagamento	70
do IBS e da CBS	706
6 Conclusões	708
Os princípios da não cumulatividade e da neutralidade na EC n. 132/2023	
E OS IMPACTOS DO SPLIT PAYMENT	711
Osvaldo Santos de Carvalho	
Hugo Albuquerque Laiola da Silva	
1 Introdução	711
1.1 Contextualização da Emenda Constitucional n. 132/2023 e o IVA dual	711
1.2 Objetivos do artigo	712
2 A natureza jurídica da norma da não cumulatividade no texto constitucional	712
2.1 Princípio ou técnica de arrecadação?	712
2.2 Implicações jurídicas da definição da natureza da não cumulatividade como	715
princípio classificado como limite-objetivo 3 Princípio da neutralidade positivado na reforma tributária	717 718
3.1 A neutralidade positivado na reiorna tributaria  3.1 A neutralidade tributária prevista no art. 156-A da Constituição Federal	718
4 Análise do <i>split payment</i>	720
4.1 O conceito de <i>split payment</i> e sua implementação	720
4.2 Potenciais impactos com a implantação do <i>split payment</i>	720
4.3 Análise da conformidade do split payment com os princípios da	
não cumulatividade e da neutralidade	722
5 O que se pretende com o princípio da não cumulatividade à luz da	
reforma tributária e do princípio da neutralidade	724
6 Conclusões	728
7 Referências	730
Não cumulatividade do IBS e da CBS na Emenda Constitucional 132/2023	731
Paulo Ayres Barreto	
Paulo Arthur Cavalcante Koury	
1 Introdução	731
2 O regramento da não cumulatividade na EC 132/2023	733

3 A natureza jurídica da garantia de não cumulatividade	736
4 Potenciais problemas na aplicação da não cumulatividade na EC 132/2023	739
4.1 O split payment e a restituição de créditos	739
4.2 Exigência de pagamento efetivo na etapa anterior	742
4.3 Aquisições de uso ou consumo pessoal	744
5 Síntese final	745
6 Referências	747
Da reforma tributária e da criação do IBS e da CBS	749
Paulo Caliendo	
Marcelo Magalhães Peixoto	
Abel Escórcio Filho	
IVA Dual e a não cumulatividade posta na EC n. 132/2023	771
Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli	771
Jimir Doniak Jr.	
Isabela Garcia Funaro Ruiz	
O <i>SPLIT PAYMENT</i> , OU LIQUIDAÇÃO COM DESTINAÇÃO DÚPLICE, COMO ELEMENTO	
CONCRETIZADOR DA NEUTRALIDADE E DA NÃO CUMULATIVIDADE; UM ESTUDO	
COM BASES EM DIREITO COMPARADO	787
Rafael Barbosa de Sousa	
Thais De Laurentiis	
1 O que é split payment	787
1.1 A realidade: um nome, dois conceitos	787
1.2 Estudos comparados: a adoção do <i>split payment</i> em outras jurisdições	791
1.2.1 Itália	792
1.2.2 México	793
1.2.3 Polônia	794
1.3 Conclusões parciais <i>vis-à-vis</i> do modelo brasileiro	796
2 Neutralidade e não cumulatividade na Reforma Tributária do Consumo	
como justificativa para a adoção do split payment ou liquidação com	
destinação dúplice (LDD)	797
3 Benefícios do <i>split payment</i> ou liquidação com destinação dúplice	799
4 Conclusão	801
5 Referências	802

IVA Dual: A NÃO CUMULATIVIDADE POSTA NA EC N. 132/2023	305
Ramon Tomazela Santos	
Silvio José Gazzaneo Junior	
1 Introdução	305
2 Breve histórico	306
	307
4 Vinculação do crédito ao pagamento do IBS e da CBS pelo fornecedor e o	
	315
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	320
6 Conclusão 8	332
A reforma da tributação sobre o consumo e a garantia de ampla	
NÃO CUMULATIVIDADE: MITIGAÇÃO E POSSÍVEL INEFETIVIDADE DO NOVO	
SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO	333
Renata Elaine S. Ricetti Marques	
Roberta Vieira Gemente de Carvalho	
1 Introdução	333
2 Não cumulatividade como elemento essencial de desenvolvimento econômico	
	335
3 A não cumulatividade no ambiente de reforma da tributação sobre o consumo.  A ilegítima restrição pela norma regulamentadora	338
	348
	349
3 Hererendus	, , ,
A não cumulatividade no contexto do IVA Dual: análise da EC 132/2023	
E SEUS DESAFIOS PARA O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	351
Roberto Duque Estrada	
Jonas Ferreira	
	351
	353
	359
	363
	367 370
	37 C

IVA Dual: não cumulatividade posta na EC 132/2023	873
Rodrigo Maito da Silveira	
Isabella Linhares	
1 Notas introdutórias	873
2 Respostas às questões propostas	879
3 Referências	885
IBS-CBS: neutralidade, não cumulatividade e repercussão	887
Solon Sehn	
1 Considerações iniciais	887
2 Origens da tributação plurifásica não cumulativa	888
3 Aspectos ou dimensões da neutralidade	890
4 Neutralidade intermediária	891
4.1 Repercussão obrigatória	893
4.2 Não cumulatividade ampla	895
5 Respostas aos questionamentos	900
6 Referências	903
Split payment: fim do contribuinte inidôneo?	905
Talita Pimenta Félix	
Fabrício Costa Resende de Campos	
1 Introdução	905
2 O contribuinte inidôneo	906
3 <i>Split payment</i> e inidôneo	911
4 Conclusão	915
5 Referências	916
Microempresas e empresas de pequeno porte: Simples Nacional <i>x</i> IVA Dual	919
Tatiana Midori Migiyama	
1 Introdução	919
2 Propostas de regulamentações da reforma tributária: impactos às microempresas	
e empresas de pequeno porte	922
3 Considerações finais	929
4 Referências	937

IBS e CBS: a não cumulatividade proposta na EC n. 132/2023	933
Thais Folgosi Françoso	
Richard Abecassis	
1 O histórico da não cumulatividade na tributação brasileira 2 A natureza e o alcance da não cumulatividade do IBS e da CBS, introduzida	933
pela EC n. 132, de 2023	936
3 A não cumulatividade plena e as restrições impostas pelo PLP 68, de 2024 4 Referências	942 949
Não cumulatividade plena do IBS e da CBS: neutralidade e limitação	
AO CREDITAMENTO NAS OPERAÇÕES PARA USO E CONSUMO PESSOAL	951
Thais Romero Veiga Shingai	
1 Introdução	951
2 Não cumulatividade no modelo de IVA: experiência internacional	952
3 Neutralidade e tributação do consumo	955
4 Não cumulatividade e neutralidade no desenho do IBS e da CBS: reflexos das	
aquisições para uso e consumo pessoal	957
5 Considerações finais	964
6 Referências	965
Não cumulatividade posta na Emenda Constitucional n. 132	
(REFORMA TRIBUTÁRIA)	967
Valter de Souza Lobato	
Vinícius Andre de Oliveira Soares	